



RODRIGO SILVA XAVIER

DESEMPREGO NO BRASIL, 2002 - 2013

Monografia de graduação em Ciências Sociais
pelo Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília - UNB

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

BRASÍLIA

2013

SUMÁRIO

Conteúdo

Resumo	3
Abstract.....	4
Introdução	7
1 Teoria geral do emprego	11
2 Conceitos, procedimentos e fontes de dados.....	19
2 Transformações econômicas, políticas e sociais, no contexto de queda das taxas de desemprego no Brasil, entre março de 2002 e março de 2013	24
3 Dinâmica do desemprego no Brasil e regiões	35
3.1 Comportamento das taxas de desemprego no Brasil, no período de 2003 a 2013. .	35
3.2 Evolução das taxas regionais de desemprego no Brasil, de 2003 a 2013.....	36
4 Dinâmica do desemprego regional	57
Conclusão	62

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o instituto do desemprego no Brasil. Tal análise tem como contexto as recentes transformações econômicas, políticas e sociais observadas nesta sociedade, cujas medidas e iniciativas políticas de governo em alguma medida modificaram o padrão de desemprego nacional e regional das principais regiões brasileiras. Visa, assim, saber até que ponto a mudança no padrão de emprego do bloco Centro-Oeste, Nordeste e Norte afetou o padrão de desemprego do bloco Sudeste e Sul. Este estudo pretende contribuir para a descrição desta nova face das relações do trabalho, cuja realidade afeta todos os dias uma grande massa de trabalhadores em todo país. A presente pesquisa foi elaborada essencialmente à luz de dados atinentes ao desemprego disponibilizados pelos institutos de pesquisa DIEESE e IBGE e adotou como referencial teórico estudos da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) e autores como John Maynard Keynes.

Palavras-chave: Trabalho. Desemprego. Transformações econômicas, políticas e sociais. Modificação do padrão de desemprego. Regiões brasileiras.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the institution of unemployment in Brazil. This analysis has as context the recent economic, political and social transformations observed in this society, whose measures and government initiatives to some extent have changed the pattern of national and regional unemployment of leading Brazilian regions. It wants to know at what extent the change in the employment pattern of the Midwest, Northeast and North Blocks affected the pattern of unemployment in the Southeast and South Block. This study aims to contribute to the description of this new face of labor relations, whose reality affects every day a large mass of workers across the country. This analysis was designed primarily to unemployment provided by research institutes and DIEESE IBGE data and adopted as a theoretical study of the Brazilian Association for the Study of Labor (ABET) and authors like John Maynard Keynes.

Keywords: Job. Unemployment. Economic, political and social transformations. Change in the pattern of unemployment. Brazilian regions.

DEDICATÓRIA

Aos filhos Laura Vitoriano Xavier, Bruno Vitoriano Xavier, esposa Cynthia Carvalho Branco V. Xavier, mãe Iolanda Silva Xavier, irmãs Cássia Xavier e Raphaela Xavier, por estarmos sempre juntos.

AGRADECIMENTOS

À pobreza material da qual subproduto durante longos anos de minha existência. Hoje, saio com o pensamento reestruturado, firme para suportar a verdade o mais honestamente que puder. Não posso deixar de mencionar o GEPT/UNB, pelo gesto de boa vontade e generosidade dividir a fala com graduandos como eu.

INTRODUÇÃO

O panorama da atividade econômica e política brasileira a partir do ano de 2002 é expressão de uma longa série de transformações que, desde então, afetam o mercado de trabalho brasileiro.

Imerso em uma forte crise que marcou o fim do último mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso e submetido a uma desconfiança geral dos agentes econômicos e de mercado em razão da instalação do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, o desfecho do ano de 2002 prenunciou uma vasta ordem de transformações sociais, que seguiu tanto na estrutura econômica quanto na pauta de programação política do país. Esse processo deu início a um novo ciclo de desenvolvimento, cujos efeitos impactaram fortemente o mercado de trabalho nacional.

O cenário de profunda recessão econômica marcou o processo de transição de uma agenda política liberal para outra desenvolvimentista que caracterizou limiar do ano de 2002 e expôs a dura realidade de um baixo nível de atividade econômica e desemprego no país.

As altas taxas de desemprego observadas neste período, acima de dois dígitos, podem ser entendidas como consequência direta desses fatos e contexto de outro processo. O baixo padrão de emprego observado no ano de 2002 antecede o fim uma longa série de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Esse período é marcado pela efetiva redução dos valores médios dos rendimentos do trabalho e pela significativa diminuição do sistema de proteção social, mas também pelo progressivo aumento da informalidade e da precarização decorrentes das próprias relações trabalhistas, em todas as regiões do país.

Em algumas regiões, como é o caso da Centro-Oeste, Nordeste e Norte, tais efeitos se fizeram sentir com mais força; um pouco mais brandos, pois, nas regiões Sudeste e Sul.

A nova orientação de governo para o desenvolvimento em uma cena internacional mais favorável coloca em prática o processo de recuperação da atividade econômica brasileira. Aí tem início uma longa série de medidas e iniciativas de governo que entre outros visaram à melhora do até então desgastado modelo de geração do emprego no Brasil.

Alguns fatores são significativos destas transformações. A alocação de inversões públicas em programas do governo federal de transferência de renda, como o Bolsa Família, a recuperação de políticas em prol do desenvolvimento regional e de progressiva valorização do salário mínimo; além de uma importante alocação de recursos na infraestrutura do país, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e variados estímulos fiscais e liberalidades normativas concedidos aos processos de produção, compõem este ciclo.

Como se viu, tais medidas e iniciativas governamentais apontam para um possível processo de expansão do sistema de proteção social e de crédito iniciado, sobretudo, a partir do início de 2003.

Tal viés permite pensar a realização de um novo ciclo de fortalecimento das bases da atividade econômica brasileira; com imediata repercussão na queda do desemprego em todas as regiões do país até o ano de 2013.

Percebe-se que a delineação da tendência de queda nas taxas de desemprego nas mais diversas regiões do país parece revelar padrões. O cenário de transformações

realizadas no país veio acompanhado de novos resultados para a medição do emprego, pois a partir de 2003 outra dinâmica passou a ser observada: a progressiva redução das taxas para índices abaixo dos dois dígitos, com marcadas variações entre as regiões do país.

Deve-se observar que o problema da escassez de empregos é bem mais complexo do que se faz imaginar. Não aparecem na estatística do desemprego aqui estudada, um grande número de trabalhadores sem remuneração e tantos outros que percebem rendimento inferior ao salário mínimo.

A estes ainda se soma toda uma leva de trabalhadores subempregados ou que desenvolvem sua atividade laboral em condições precárias, incluindo aí casos de relações de trabalho até mesmo análogas à escravidão.

Certamente muitas camadas de populações de trabalhadores não serão abrangidas pela aferição do emprego pelos principais institutos de pesquisa sobre o tema, ainda que a realidade diária lhes reúna tal como uma grande massa humana que realiza algum tipo de atividade relacionada ao trabalho.

O objetivo deste trabalho, pois, é analisar o instituto do desemprego em algumas regiões metropolitanas no Brasil, questão bastante complexa pelas características econômicas, políticas e sociais que o definem.

Portanto, investigar-se-á até que ponto as referidas transformações do atual panorama do padrão de emprego das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte afetaram o padrão de emprego das regiões Sudeste e Sul do Brasil, em um contexto em que o fluxo de investimentos geradores de trabalho para todas as regiões do primeiro bloco, permita pensar uma aproximação entre as taxas regionais de desemprego com as observadas no

outro, em função do referido processo de desenvolvimento disseminado em muitas regiões do território nacional.

Nessa direção, passa-se inicialmente à teorização sobre o emprego, para a seguir se estabelecer conceitos, procedimentos e fontes de dados acerca do desemprego. Após, buscar-se-á investigar as principais transformações, sejam de ordem político-normativa, econômicas ou sociais que expliquem a redistribuição demográfica dos fatores que contribuíram para a realização das taxas de desemprego no Brasil.

Ainda, investigar-se-ão as principais medidas e iniciativas de governo, de ordem econômica, social ou política que orientaram o curso de tais transformações. A seguir, serão avaliados os números totais do desemprego no Brasil, com a descrição da evolução de suas taxas totais, nos períodos estudados, para só então se observar a dinâmica do desemprego nas principais regiões metropolitanas apontadas, a partir da análise da evolução deste fenômeno nas regiões Sudeste e Sul em comparação com as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Finalmente, conclusões serão apresentadas e questões levantadas.

1 TEORIA GERAL DO EMPREGO

John Maynard Keynes em sua *magnum opus*, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, rompe com os postulados da economia clássica vigentes em sua época, meados da década de 1930, e estabelece postulado próprio.

Nele o autor inicialmente identifica os fundamentos da argumentação dos economistas clássicos, como dos autores Adam Smith e David Ricardo, resumidos na substância encontrada na ilustre *Theory of Unemployment*, do Professor Pigou. Segundo Keynes, “o único relato pormenorizado da teoria clássica do emprego” (Keynes, 1957:20).

A visão clássica, por um lado, parte da ideia do salário como produto marginal do trabalho, isto é, da escala de demanda de mão-de-obra. Nas palavras de Keynes (1957:18)

o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fôsse reduzido de uma unidade (depois de feita a dedução dos outros custos que essa redução de produção evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser alterada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados.

Por outro, acolhe a noção de utilidade do salário, isto é, quando se emprega certo volume de trabalho, resultando na desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. Neste caso, está-se diante da escala de oferta de mão-de-obra, como explica Keynes (1957:18)

O salário real de uma pessoa empregada é o que precisamente basta (na opinião das próprias pessoas empregadas) para provocar o afluxo do volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, com a qualificação de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam

o primeiro postulado. Por desutilidade cumpre entender qualquer motivo que induza um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, de preferência a aceitar um salário representando para eles uma utilidade inferior a certo limite mínimo.

As asserções decorrentes da argumentação clássica deságuam, na visão do autor, em poucas possibilidades quanto à situação do aumento de emprego. Esse, em sua ótica se daria (1957:19)

melhorando a organização ou a previsão [...]; reduzindo a desutilidade marginal do trabalho expressa pelo salário real para o qual ainda existe mão-de-obra disponível, de modo a diminuir o desemprego voluntário; aumentando a produtividade marginal física do trabalho nas indústrias produtoras de bens de consumo operário; aumentando os preços dos bens de consumo operário os das outras categorias de bens, justamente com uma maior concentração das despesas dos indivíduos não-assalariados nestes últimos bens.

Contudo, para o autor as categorias anteriores não abarcam todo o problema. A tese segundo a qual o aumento do desemprego observado em períodos de depressão não pode ser atribuído exclusivamente a não aceitação dos trabalhadores em acatar a redução nominal de seu ordenado em razão das circunstâncias do período de crise é o fundamento essencial da teoria clássica, o que Keynes contesta.

Enquanto os autores clássicos limitavam-se às noções de desemprego *friccional* e *voluntário*, sendo o primeiro o ocasionado por certos desajustes com o qual se defronta um estado contínuo de plena ocupação e o último a recusa ou ineficiência de dada unidade de trabalho em aceitar a remuneração compatível com sua produtividade, Keynes vai além e define a condição de desemprego *involuntário*.

A teoria clássica buscou respostas às suas indagações, considerando o cenário do *pleno-emprego*, isto é, aquele em que em certa medida há ocupações equivalentes à quantidade de mão-de-obra a ser empregada. No entanto, Keynes assegurou ser tal auspício incompatível e inaplicável à realidade factual.

Para os autores clássicos, o desemprego seria, na dinâmica da vida real, apenas em aparência, involuntário. Entretanto, tratar-se-ia de uma forma muito clara de desemprego voluntário, uma vez que a oferta de trabalho em face do salário nominal não pode ser totalmente realizada enquanto todas as pessoas aptas ao trabalho não se houverem empregadas. Para Keynes (1957:21)

a experiência comum ensina-nos, sem deixar lugar a dúvidas, que em vez de mera possibilidade, a situação em que a mão-de-obra estipula (dentro de certos limites) um salário nominal e não real, constitui antes o caso normal. Embora o trabalhador resista ordinariamente a uma redução do seu salário nominal, não costuma abandonar o trabalho a cada alta de preço dos bens de consumo operário. É hábito dizer-se que não seria lógico por parte do trabalhador opor-se à diminuição dos salários nominais e não à dos salários reais. [...], talvez isso não seja tão ilógico como parece. [...] a tese de que o desemprego que caracteriza um período de depressão se deva à recusa da mão-de-obra em aceitar uma diminuição dos salários nominais, não está claramente demonstrada pelos fatos. [...] Resumindo, a teoria tradicional sustenta que os acordos entre operários e empresários para a fixação do salário nominal determinam também o salário real, de tal modo que, supondo a livre concorrência entre os empregadores e a ausência de combinação restritiva entre os operários, estes poderiam, se o desejassem, fazer coincidir os seus salários reais com a desutilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao dito salário. Não sendo assim, desaparece qualquer razão para esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho.

A existência desta nova categoria - o desemprego involuntário - que, para os autores clássicos, se tratava apenas da recusa dos trabalhadores sem ocupação em aceitar uma remuneração aquém do salário nominal empregado, alargou a observação científica acerca do desemprego.

Neste ponto, Keynes passa a considerar os períodos de elevação dos preços dos bens de consumo operário para além do seu salário nominal, onde *“tanto a oferta global de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente como a procura global da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprêgo existente”* (Keynes, 1957:27).

Tal perspectiva emana que em termos gerais o emprego aumenta quando a remuneração por unidade de trabalho diminui. Contudo, tal movimento continua a assegurar a garantia do aumento da lucratividade (industrial) produtiva.

Keynes assim atrela o volume de emprego ao nível de produção nacional de uma economia. Esse último determinado pela demanda agregada ou efetiva. Ou seja, a expressa negação à lei de Say, autor clássico segundo o qual a oferta cria sua própria procura, ao destacar o papel da demanda agregada de bens e serviços sobre o nível de emprego.

Com isso, a crença clássica nas forças de autoajustamento das economias perde força e se passa ao princípio efetivo da demanda. Chega-se a uma nova ordem para a intervenção do Estado.

Ganham força as políticas de injeção de recursos públicos, na qual tem fim a ideia de *laissez-faire* como regulador dos fluxos real e monetário das economias. Keynes é legado ao panteão da ciência econômica como expoente da Ciência Econômica.

O alcance da Teoria Geral de Keynes ultrapassa as fronteiras do velho mundo e passa a exercer influência sobre outros centros do estudo científico. As ideias da *Comisión Económica para América Latina y El Caribe* - CEPAL são bom exemplo.

Os anos de 1950 e 1960 reservam ao pensamento científico econômico latino-americano uma segura leva de ideias que serão reverberadas da Teoria Geral, para elas confluem em vários pontos.

A este respeito, pode-se mencionar a ordem pela intervenção pública na regulação econômica, o reconhecimento da crença acerca do equilíbrio entre a oferta e a procura,

os cuidados com o controle da inflação e o comércio internacional, além de toda sorte de fomento a políticas de crescimento rápido da atividade e produto econômico. Se bem que não se possam negar seguras diferenças entre o que veio a ser o estruturalismo cepalino na América Latina e as escolas pós-keynesianas.

Celso Furtado e Raúl Prebisch apesar de guardarem estreita vinculação com os princípios de Keynes com marcantes obras acerca do estruturalismo latino-americano nesta ordem *Formação Econômica do Brasil* (1958) e *O Desenvolvimento Econômico Da América Latina E Seus Principais Problemas* (1949), apresentavam diferenças importantes que singularizaram o pensamento cepalino.

Apesar de também se dedicarem ao estudo dos efeitos da crise capitalista de 1930 sobre os mercados latino-americanos, há sutis variações em suas formulações que os separam de alguns postulados de Keynes.

Um exemplo está na ideia keynesiana de equilíbrio de curto prazo, que tem em conta o impacto da tecnologia no desenvolvimento e na capacidade produtiva. Nas principais obras dos citados autores latino-americanos este fenômeno não aparece exatamente da mesma forma como em Keynes, uma vez que a tecnologia e a capacidade de produção nestas paragens não sejam ainda tão difundidas. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca (2000, p. 4),

faz-se mister mencionar, então estas diferenças de visão do sistema econômico [...], Por sua relevância, definem diferentes visões da economia de sua lógica de funcionamento. Tudo sugere que, mesmo que haja pontos comuns entre ambos, também há pontos substantivos em que não existe convergência. A semelhança é muitas vezes formal e aparente: ambos defendem o intervencionismo, mas por razões completamente diferentes, e através de instrumentos não coincidentes, ambos mencionam o desemprego e até o têm como centro de sua análise, mas o desemprego estrutural de um pouco tem a ver com o desemprego involuntário de outro, já que o primeiro ocorre por falta de capacidade produtiva e o segundo justamente por seu excesso frente à demanda efetiva. E daí decorrem ações concretas diferentes: o

primeiro exige crescimento acelerado e acumulação de capital, dependentes da poupança; o segundo transforma exatamente a excessiva acumulação de capital em vilã, e recorre a argumentos do mercado de trabalho, como a ilusão monetária por parte da oferta de trabalho.

A teoria do subdesenvolvimento latino-americano é, enfim, uma crítica ao liberalismo econômico. Embora a tenha feito em grande medida de uma maneira abrangente e não adstrita apenas aos postulados mais importantes da doutrina keynesiana, socorrendo-se de variadas teorias, inclusive liberais, a fim de analisar a adaptação do dependente modo de produção latino-americano ao sistema capitalista mundial, não conseguiu afastar de si uma das mais ferrenhas críticas às teses cepalinas, justamente a evidência de tais teses se haverem mais vinculadas à ciência econômica que aos vieses político e social da realidade latino-americana.

É ainda importante lembrar que, ao tempo em que se desenvolviam as ideias fundadas por Keynes, abordagens alternativas a sua teoria econômica germinavam nas mais variadas escolas de pensamento acadêmico, sobretudo críticas.

Os monetaristas associados à Universidade de Chicago, liderados por Milton Friedman e George Stigler foram seguros opositores à Teoria Geral de Keynes ao recomendarem o controle da moeda associado a um baixo grau de intervenção do Estado, de modo a restabelecer a ordem econômico-política do *laissez-faire*.

Com ideias diretamente associadas à teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico enfatizou a positivação da economia. As teorias da Escola de Chicago, então, exerceram forte influência na vida econômica latino-americana, cuja cartilha foi regidamente administrada pelas ditaduras militares, comuns em fins da década de 1960, alcançando plenitude nos anos de 1970 e 1980.

Implantadas na ditadura Pinochet, no Chile, na década de 1970, foram praticadas pelos dois maiores ícones da economia capitalista moderna, Margaret Thatcher na Inglaterra e por Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Seu reflexo foi intenso nas políticas das mais simbólicas instituições financeiras mundiais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BID), o Departamento do Tesouro americano (*United States Department of the Treasury*) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que disseminaram a crença fundamentalista do livre-mercado e vaticinaram soluções ‘adequadas’ aos países em dificuldades econômicas, dentre outras a onda de privatizações e o processo de desestatização das economias mundiais ocorrido na década de 1990.

George Stigler e Milton Friedman, ambos Prémio Nobel da Economia, foram duramente criticados pela escola Fiscalista, outra que sucedeu os postulados keynesianos e que tem James Tobin, da Universidade de Yale e Paul Anthony Samuelson, de *Harvard University* e *Massachusetts Institute of Technology* - MIT, os seus maiores expoentes.

Focada no uso de políticas fiscais ativas, porém com um acentuado grau de intervenção do Estado, tal escola repudiou as ideologias defendidas pela "Escola de Chicago" e pelo consenso de Washington.

Pode-se pensar que a abordagem pragmática das principais escolas que teorizam a ciência econômica, por meio de enfoques analíticos às vezes distantes dos fatos históricos e sociais, valeu-lhe o rótulo de uma visão parcial e distorcida da realidade.

A teoria marxista do valor-trabalho, que tem em *O Capital*, de Karl Marx o seu fundamento, vem nesse compasso a se confrontar às crenças liberais presentes nas principais discussões das teorias das Ciências Econômicas modernas.

Seu ácido referencial teórico busca desmontar cada uma destas teses, revelando os processos de apropriação do excedente produtivo, a *mais-valia*, a partir dos engenhos de acumulação de capital e da descrição das relações entre as classes sociais, além de desnudar a reificação decorrente das relações de consumo e produção.

Mesmo assim, nada obstante ao que ainda firmemente resiste da verdade factual encontrada na teoria marxista - em resumo, a negação das explicações metafísicas encontradas na argumentação liberal, por meio da constatação empírica que atribui ao mundo natural as causas da desigualdade humana -, durante muitos anos e por questões políticas, tais postulados se encontraram à margem dos grandes centros de pesquisa econômica do ocidente.

Michal Kalecki é um destes exemplos. O economista polonês da linha marxista, que antecipou a teoria geral de Keynes, com *Esboço de uma teoria do ciclo econômico* (1933) não teve a seu tempo o mesmo reconhecimento que obtiveram os respeitáveis acadêmicos da Escola de Chicago.

Afinal, Marx, ao enfatizar o próprio aspecto político por trás do véu da ideologia liberal, talvez por seu êxito no qual muitos falharam, qual seja, em reconhecer os processos históricos e sociais que recomendam a aplicação dos postulados econômicos ao homem real, seu próprio postulado ganha uma dimensão política que, mais do que qualquer autor, transbordou o campo da ciência econômica para incontáveis áreas de conhecimento humano e científico.

2 CONCEITOS, PROCEDIMENTOS E FONTES DE DADOS

Existem muitas peculiaridades que influenciam esta análise. A princípio, sabe-se que a atividade econômica de todas as regiões brasileiras é bastante diversa e resulta próprio movimento da história que, ao fim, produz a matéria de sua desigualação.

Neste contexto, os resultados encontrados em uma região levam em conta o seu desempenho em atividades em que têm maior ou menor especialização. Justamente tais circunstâncias, inclusive de ordem demográfica, justificam a adoção do método comparativo para os valores encontrados no estudo destas regiões.

A aferição do desemprego é medida em valores relativos e absolutos e a observação dos dados realizada em nível nacional e em parâmetros regionais. A investigação dos números absolutos será organizada a partir dos quantitativos de emprego formal, para o intervalo compreendido entre os anos de 2002 e 2013.

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sistema de Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED, permitem a observação do número de trabalhadores desligados e admitidos apenas das empresas cadastradas no sistema. Os números absolutos são índices até certo ponto frágeis, cuja utilidade repousa na sua característica de permitir a delineação de tendências dos empregos nas empresas cadastradas.

É verdade que a análise dos números absolutos deixa de lado, o emprego em atividades familiares não-empresariais, atividade por conta própria e outras situações análogas, que representam proporções importantes do trabalho na sociedade brasileira. Desta forma se observa que apenas os empregos formais serão objeto de análise das taxas de desemprego, considerados em seus números absolutos.

Quanto aos valores relativos das taxas de desemprego, estes decorrem dos dados disponíveis nos principais institutos de análise de emprego e desemprego, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que fornece a Pesquisa Nacional de Domicílios - PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, para a análise das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro - RJ, São Paulo – SP, Belo Horizonte – BH, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Salvador – BA.

Também são utilizados dados da PED - Pesquisa de Empregados e Desempregados - do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos / DIEESE, que além das regiões anteriores também disponibiliza dados das regiões metropolitanas de Brasília – DF e Fortaleza – CE, respectivamente a partir do ano de 2006 e de 2009.

Ressalta-se que a dificuldade de acesso aos dados foi observada em uma grande parte da bibliografia estudada. Vários autores se depararam com o problema e cada um de uma maneira criativa buscou contorná-lo.

Este estudo investigará apenas os períodos de março de 2002 a março de 2003 e de março de 2012 a março de 2013, pois, além destes intervalos possuem maior disponibilidade de dados em todos os mencionados institutos de pesquisa, delimitam o período de uma década, tempo suficiente para observação de momentos distintos na organização do trabalho nas regiões do Brasil.

Antes, entretanto, é preciso apresentar aqui alguns conceitos que ajudarão na compreensão deste instituto do trabalho, o desemprego.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, nas palavras de Cattani e Holzmann (2006:52)

Em sua resolução n. 13 da conferência internacional dos Estatísticos do Trabalho, realizada em 1982, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma cinco definições básicas para classificação da condição de atividade dos indivíduos: população economicamente ativa, empregados, desempregados, subempregados e população inativa. Essa organização considera, como variáveis-chave, o trabalho e a procura por trabalho, partindo da noção de força de trabalho construída sob três aspectos: atividade produtiva, período de referência, atendam simultaneamente aos seguintes critérios: a) estejam sem trabalho; b) tenham disponibilidade para trabalhar; e c) tenham procurado trabalho assalariado ou autônomo em um período recente, identificando providências efetivas nesse sentido.

E para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Nacional de Análise de Domicílios 1999/ PNAD¹, classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência especificado, semana de referência ou período de referência de 365 dias (IBGE, 1999).

São desempregadas ou desocupadas todas as pessoas que não estavam trabalhando, mas disponíveis para trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa, considerada a população econômica ativa, em idade adulta e em plenas condições de saúde para exercer alguma atividade na sociedade, mas que por algum motivo não a pode realizar.

Observa-se que nas pesquisas realizadas até o ano de 2002 o IBGE considerava população em idade ativa - PIA os maiores de quinze anos de idade que desde então passaram aos maiores de dezoito e definição de população empregada ou ocupada então

¹ Disponível em: <<http://www.serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT0958>>.

passou do limite mínimo de 15 horas semanais de trabalho não-remunerado, para, pelo menos, uma hora na semana.

Já para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED é a pesquisa contínua que produz indicadores quantitativos sobre a inserção da população no mercado de trabalho urbano (BRASIL, 1999, p. 279):

Através de entrevistas diretas a todos os moradores de 10 anos e mais dos domicílios que compõem a amostra probabilística selecionada para o universo da investigação, a PED utiliza, para cada região metropolitana em estudo, um sistema de amostras mensais independentes, de tal forma a permitir que estas sejam agregadas para atender à precisão estipulada para os indicadores a serem produzidos. Para o acompanhamento conjuntural, a PED divulga mensalmente indicadores calculados com base em trimestres móveis, permitindo um acompanhamento mensal da evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho em especial os referidos à condição de atividade.

Essa medição do desemprego é mais abrangente em relação às particularidades regionais e define categorias de classificação que levam em conta a condição de atividade da população em idade ativa.

A PED estabelece como População Economicamente Ativa - PEA - todos os indivíduos de 10 anos ou mais que no momento da pesquisa estão comprometidos com o mundo do trabalho e têm disponibilidade atual para ocupar um posto de trabalho.

E por disponibilidade se entende a força de trabalho ofertada no mercado de trabalho. Quando ocupada, utiliza um posto de trabalho que não pode ser manifesto como excedente e, quando desempregada, tal disponibilidade significa a falta de acesso a outro posto de trabalho.

Assim, a População Desempregada pode ser conhecida como aquela parcela da PEA que, no momento da pesquisa, não tem acesso a um posto de trabalho. Tal categoria é composta não só das pessoas classificadas na situação de desemprego aberto, aquele cujas pessoas não possuem nenhum trabalho nos 7 últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista (DIEESE, 1999), mas das pessoas inseridas na condição de desemprego oculto pelo desalento, aquele em que as pessoas sem trabalho nos 7 dias anteriores ao da entrevista e com disponibilidade para ocupar um posto de trabalho, porém sem procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de ações concretas de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que, em todo caso, realizaram ações concretas de procura de trabalho durante, pelo menos, 15 dias, nos últimos 12 meses (DIEESE, 1999).

Existem, ainda, pessoas tidas na situação do desemprego oculto pelo trabalho precário, ou seja, aquele em que pessoas que realizaram, nos últimos 7 dias ou nos 30 dias anteriores ao dia entrevista trabalho precário de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis ou não-remuneradas em ajuda a negócios de parentes) e que procuram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (DIEESE, 1999).

Segue a cena das principais transformações econômicas, políticas e sociais sobre o mercado de trabalho.

3 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS, NO CONTEXTO DE QUEDA DAS TAXAS DE DESEMPREGO NO BRASIL, ENTRE MARÇO DE 2003 E MARÇO 2013

O ano de 2002 marca o fim de um modelo de gestão baseado em políticas que desprivilegiam o regime integração regional de desenvolvimento econômico e social e inaugura outro formato político que reorientará a retomada dos processos de regionalização do desenvolvimento no país.

Os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva representam esse momento. O primeiro fomentou processos de fragmentação política, de desestatização e de flexibilização das ações do Estado.

Inicialmente, as diretrizes de governo FHC nortearam a liberalização da economia brasileira. Ocorreu a privatização estatal, a elevação dos juros e o estabelecimento do câmbio fixo valorizado, o que já em um segundo mandato, devido a fortes turbulências na economia externa, passou à flutuante.

Na visão de Maria de Fátima Diógenes, Sabrina Martins de Araújo e Ivan Targino, Fernando Henrique Cardoso, buscando estabilizar a economia, *“reduziu as taxas de crescimento do PIB, aumentou a taxa de desemprego e prejudicou as contas externas”* (FERNANDES, ARAÚJO e TARGINO, 2012:295)

Essa dinâmica indica que o início do século XXI é marcado por um período de baixo crescimento econômico, com variações do PIB da ordem de 1,3% a 2,7%. Há naquele período um forte clima de desconfiança dos agentes econômicos, o que se

potencializa com a alternância de modelos políticos, a partir da possível eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, tem início o ano de 2003. Um retrato econômico marcado pela fuga de capitais estrangeiros, segura depreciação cambial e especulação financeira. Nesse sentido, segundo Maria de Fátima Diógenes Fernandes, Sabrina Araújo e Ivan Targino (2012:296), *“Lula, eleito em 2002, adotou medidas restritivas (elevou juros, cortou gastos e manteve a meta de inflação), [...] estas medidas associadas a um quadro externo favorável permitiram a retomada do crescimento a partir de 2004.”* Este início de governo marca um novo ciclo, cujo interesse do Estado passa a ser definido por políticas de desenvolvimento setorial.

O processo de transição de uma agenda política baseada na liberalização econômica para outra que, é verdade, também trouxe várias características da mencionada agenda, é marcado por uma série de medidas e iniciativas políticas que consolidaram uma fase de crescimento expressivo da economia, com impacto muito positivo sobre o mercado de trabalho.

Conforme explicam Amilton J. Moretto e Marcelo W. Proni (2012:136)

a partir de 2004, começou uma forte recuperação econômica, que impulsionada pelo crescimento da exportação de *commodities*, [...] da expansão do consumo (estimulada pela maior oferta de crédito, pela gradual elevação do salário mínimo e pelo controle da inflação), consolidou uma fase de crescimento expressivo da economia, o que teve impactos muito positivos sobre o mercado de trabalho (BALTAR et al., 2010)

Entra-se definitivamente na agenda desenvolvimentista. Entre algumas de suas muitas medidas e iniciativas da agenda de governo, destacam-se a política de

valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tem início a guinada à expansão da oferta de crédito para as camadas mais pobres da população e, também, para empresários e, ainda, a uma série de medidas fiscais de curta e longa duração, como projetos habitacionais de infraestrutura, com vistas à gradual retomada da atividade econômica e à melhora das taxas do mercado de trabalho brasileiro.

O Programa Bolsa Família foi uma destas políticas. Sua abrangência social de distribuição de renda proporcionou o acolhimento de famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00, bem como de famílias pobres, aquelas que recebem renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00.

Neste modelo, as famílias, na condição de pobreza extrema, passaram a receber mensalmente R\$ 70,00, independentemente da existência de filhos ou mulheres grávidas, além da possibilidade de obterem, tanto as famílias pobres ou extremamente pobres, uma remuneração variável que poderia alcançar R\$ 236,00, a depender dos critérios de concessão.

Entre os períodos de 2001 a 2009, a parcela de renda da população correspondente às transferências governamentais, somadas todas as fontes de rendas obtidas pelas pessoas entrevistadas pela PNAD ², está em franco processo de crescimento.

Segundo Artur Henrique da Silva Santos,

o Brasil vem passando por um período de redução na desigualdade de renda. A partir de 2001, essa queda se tornou contínua e acelerada, alcançando em 2009, o menor nível já obtido em mais de trinta anos e proporcionando

² 2001-2009, PNAD, IBGE.

melhores condições de vida para uma maior parcela da população. (SANTOS, 2012:29-30).

Em termos gerais, explica o autor,

possivelmente uma parte relevante da redução da desigualdade de renda decorre do aumento das transferências governamentais. [...] e as transferências de renda oriundas do governo são direcionadas para as famílias mais pobres e podem explicar grande parte da redução da desigualdade de renda. SANTOS, 2012:30).

Por outro lado, muitos cidadãos abrangidos pelo programa de transferência de renda, ao longo de sua implantação, têm perdido a condição de beneficiário pela perda dos critérios positivos que ensejam o recebimento.

Conforme Sergei Soares e Natália Sátyro, que analisam os efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho entre os anos 2003 a 2010, *“há um número surpreendente de famílias que pedem a suspensão do benefício devido ao fato de terem melhorado de vida”*. Segundo o Sistema de Benefícios ao Cidadão, *“44 mil famílias pediram para sair do PBF, por contra própria”* (SOARES, SÁTYRO, 2010:36).

Outra política que norteou as transformações sob análise é o contínuo processo de valorização do salário mínimo, que seguiu a partir de 2004. Esta iniciativa também se mostrou importante na própria estratégia de redistribuição de renda e, via de consequência, na geração de empregos.

Como apontam José Dario Krein, Anselmo Luiz dos Santos e Bartira Tardelli Nunes (2012:14), a valorização do salário mínimo pode ser entendida como

a medida mais importante pelo seu papel de estruturação do mercado de trabalho, no combate à pobreza e na melhora dos rendimentos dos trabalhadores com menores salários, dos aposentados e dos beneficiários dos Benefícios de Prestação continuada.

Vê-se que vincular a variação do salário mínimo à taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, mais a variação real de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores, verifica-se, afinal, uma clara estratégia do governo de viés desenvolvimentista, em multiplicar tais efeitos sobre o mercado, inclusive do trabalho, com reflexos sobre todo o sistema produtivo.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é mais uma destas iniciativas. Sua contribuição, de igual sorte marca o processo de transformações pelo qual passa o mercado de trabalho no Brasil.

Considerado um projeto ambicioso, uma vez que é voltado para o desenvolvimento econômico, pode ser entendido como um conjunto de medidas que têm como objetivo incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, jurídicos e legislativos ao crescimento do país.

Segundo dados de balanço do Programa de Aceleração do Crescimento fornecidos pelo Ministério da Fazenda³, este robusto investimento pretendeu alavancar a cifra de mais de R\$ 500 bilhões de reais, a serem investidos entre os anos 2007 a 2010. Mais uma iniciativa do governo Lula que afetou a participação e os resultados sociais dos poderes constituídos, alcançando empresários e trabalhadores.

As medidas deste programa visaram, enfim, à melhora da infraestrutura social. Entre suas metas estavam o fomento de áreas como habitação, saneamento e transporte de massa. Razão pela qual, suas medidas visaram ao estímulo do sistema de crédito e financiamento das pessoas físicas e jurídicas, assim como à melhora do marco

³ Dados disponíveis em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/r220107_pac.pdf>.

regulatório na área ambiental, à desoneração tributária e à criação de medidas fiscais de longo prazo.

Pode-se dizer que a análise de todas as transformações aqui exploradas e intencionadas pelo governo Lula precisa ser avaliada tendo-se em conta a dimensão a que estas se propuseram.

É em certa medida possível pensar que tais acontecimentos guardem alguma relação com a contínua tendência à geração de ocupações de trabalho, seja formal ou informal, como com o aumento dos rendimentos médios do trabalho ou com a sensível diminuição das taxas de desemprego que seguem a partir do ano de 2002.

Há evidências de que tal fenômeno vem paralelo à melhoria de vida das famílias, principalmente as de menor poder aquisitivo. Segundo Amilton J. Moretto e Marcelo W. Proni (2012:136)

estas medidas foram políticas anticíclicas que “evitaram que a recessão se aprofundasse. Na área monetária o governo tomou medidas para recuperar o nível de liquidez e sustentar a oferta de crédito para as empresas e consumidores. Os bancos públicos também tiveram um papel importante ao ampliar as linhas de financiamento, inclusive para capital de giro das empresas. Na área fiscal, o Ministério da Fazenda reduziu impostos que incidem sobre a produção de veículos, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos. Em paralelo o governo Federal também ampliou investimentos em obras e infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E foi lançado um programa de construção de casas populares – o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”- que impulsionou o crescimento da construção civil. Além disso, foi mantida a política de valorização do salário mínimo legal (aumento de 12% em janeiro de 2009), que ajudou a preservar a renda das famílias num momento de elevação do desemprego. E foi incrementado o orçamento de programas de transferência de renda, que protegem as famílias mais pobres e ajudam a sustentar o comércio em pequenos municípios. Esse conjunto de políticas contribuiu para a rápida recuperação da economia.

Contudo, é preciso ressaltar que entre 2002 e 2013, em especial o ano 2009, rompe um breve momento de estagnação nos resultados das políticas voltadas ao desenvolvimento.

O mês de setembro de 2008 é marcado por uma séria crise que se inicia no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América e logo se alastra por todo mundo e com efeitos muito negativos sobre o mercado de trabalho. No Brasil, eles foram bem menos intensos, justamente pela adoção de uma série de medidas aqui equacionadas.

Julio Gomes de Almeida (2010, p. 60) avalia como o Brasil superou este momento de crise e vê nas iniciativas e medidas empregadas pela agenda política desenvolvimentista a razão do sucesso desta rápida superação. Segundo ele,

foi decisiva a manutenção pelo governo das políticas que já estavam em curso, o que teve por consequência a preservação, durante a crise, de certo nível de gasto e de crédito na economia. Assim, o governo não abriu mão dos vultosos investimentos programados pela Petrobras e dos demais programas do PAC e procurou ampliar esses investimentos. Criou também dois outros programas relevantes. O primeiro, na área de habitação ("Minha casa, minha vida"), terá maior impacto a partir de 2010; o segundo, transitório (com validade até 31/12/2009, depois prorrogado para o fim de 2010), foi adotado em meados de 2009 na área do investimento. O "Programa de Sustentação do Investimento" (PSI) pode ser concebido como um capítulo da exitosa política de crédito adotada durante a crise e teve grande efeito sobre o investimento corrente, notadamente no investimento mais "leve" (voltado à aquisição de máquinas e equipamentos). Consistiu na redução para 4,5% ao ano da taxa de juros dos financiamentos do BNDES para a compra de bens de capital, praticamente tornando nula a taxa real de juros dos financiamentos de parcela considerável do investimento no país.

Não houve retrocesso em outras decisões do governo como ampliar e reajustar as transferências para famílias pobres (o programa "Bolsa Família") e na concessão de aumento do salário mínimo. O governo também não restringiu o direcionamento do crédito, como por exemplo, no sistema que vincula a captação da caderneta de poupança que teve significativo aumento no ano da crise com o financiamento de moradias. Com isso, foi possível amortecer a queda no setor de construção habitacional. Não houve recuos ainda em programas de elevação dos salários de servidores públicos, mas nesse caso um adiamento ou reprogramação não teria ônus para o crescimento econômico. Com essas medidas, às quais se somariam outras como a ampliação do seguro desemprego, o governo preservou o seu já

elevado nível de gasto público sobre o PIB, aumentou o investimento público e ampliou o impacto do gasto por ele induzido na economia. Isso teve consequência relevante porque evitou que a crise se propagasse para toda a economia brasileira. A sustentação do gasto público "blindou" o setor serviços da economia, responsável por 60% do PIB e grande empregador. Este setor, salvo em segmentos de maior relação como a dinâmica agroindustrial, a exemplo de transportes, praticamente não foi afetado pela crise. Isso significa dizer que os efeitos desta no Brasil, embora graves, ficaram restritos aos setores da indústria e da agropecuária. Nesses casos era inevitável um grande impacto inicial da crise internacional, dada a sua natureza - tratou-se de uma ampla e gravíssima crise de confiança - e as mudanças por ela repentinamente provocadas nas decisões de longo prazo, na disponibilidade do crédito e no comércio exterior. Isso afetaria fortemente a agropecuária (pelo encolhimento do crédito e do comércio mundial) e, sobretudo, a indústria (pelos mesmos fatores, acrescidos da retração do investimento em decorrência do colapso das decisões de longo prazo). Por essas razões, o primeiro desses setores declinaria 5,2% no ano da crise, a indústria, 5,5%, enquanto o setor de serviços mantinha crescimento de 2,6%.

Por outro lado, o gasto público, na medida em que preservou o emprego no setor de serviços, protegeu a atividade em segmentos produtores de alimentos e de bens industriais básicos para a população. Isso não impediu, no entanto, uma onda de demissões com dispensas líquidas de trabalhadores formais acumuladas entre outubro de 2008 a março de 2009 de 692 mil pessoas. Mas, apesar disso, deve ser notado que as demissões ocorreram na indústria (493 mil) e agropecuária (227 mil), mas não no comércio (que no mesmo período contratou 47 mil pessoas) e em serviços (67 mil). Deve ser sublinhado ainda que após esse período todos os setores ampliaram as contratações.

Por não prosperar o desemprego, não aumentou a inadimplência no crédito familiar. Isso, aliado à disposição dos bancos oficiais de deterem fatia maior no crédito pessoal e ao consumidor, o que suscitou uma reação competitiva da parte do segmento privado, fez com que já no segundo trimestre de 2009 voltasse a crescer o crédito para as pessoas físicas. No segundo semestre ocorreria um início de retomada do crédito para as empresas.

Em suma, a manutenção e o aumento do nível do investimento e do gasto público e a ampliação do crédito em plena crise, foram os determinantes do êxito brasileiro em responder à crise internacional e superá-la com rapidez, minimizando a retração do PIB em 2009. A ampliação do crédito pode ser considerada fator ativo mais relevante para a retomada do crescimento da economia a partir do segundo trimestre do ano passado. Se o Brasil tivesse se aproximado mais de outros países em termos de arrojo na execução de políticas fiscais e de juros, como no caso da China e dos países desenvolvidos, talvez sua economia nem tivesse entrado em recessão e teria acumulado crescimento no ano crítico de 2009.

Apesar deste pequeno interregno de crise, o PIB anual do país, de modo geral, apresentou uma forte expansão em número absoluto. O valor, que em 2000 era R\$ 1,089 trilhão de reais, chega a R\$ 3,032 trilhões em 2008 e a R\$ 3,143 trilhões em 2009.

Mesmo com uma taxa de -0,2% relativamente ao tamanho de seu crescimento em 2009, o ano de 2010 supera este resultado negativo e fecha a uma taxa de crescimento de 7,5%, um aumento absoluto em relação ao ano anterior, da cifra de R\$ 0,5 trilhão de reais. Em 2011 e em 2012 o PIB ultrapassa a fronteira dos R\$ 4, 000 trilhões.

Na lição de Cimar A. P. Aparício e Silvana N. de Queiroz (2012:160), *“o ritmo de expansão do PIB, em 2010, voltou a ser semelhante ao período anterior à crise (IBGE, 2011)”*.

A expansão do PIB do Brasil no período estudado sugere que os efeitos da crise não afetaram tão gravemente a atividade econômica. Seus efeitos sobre o mercado de trabalho não foram tão severos como em outras partes do mundo.

Há uma evidente aquiescência entre autores diversos pelo menor impacto da crise mundial na economia do país naquele período. De modo geral, prevalece uma espécie de consenso tácito pela ideia de acerto das medidas e iniciativas da agenda política desenvolvimentista.

Alguns autores, como lembra Artur Henrique da Silva Santos, *“(BARROS et al., 2006a, 2006b, 2007; BARROS E CARVALHO, 2006; HOFFMANN, 2006; SOARES 2006; TAVARES et al. 2009) chegam a sugerir que em todo o período analisado o próprio aumento da renda do trabalho foi outro fator para a diminuição das desigualdades de renda no país”*. (SANTOS, 2012:29/30)

De qualquer forma, todo panorama de transformações sociais deve ser analisado sob o necessário recorte à realidade. Elas, sobretudo as que guardam relação com trabalho ou com a tendência de queda das taxas de desemprego, não podem de modo algum esconder um número ainda muito alto de trabalhadores em situação precária.

Segundo Amilton J. Moretto e Marcelo W. Proni (2012:145-146),

há evidências de que o trabalho informal e as ocupações precárias estavam se reduzindo aos poucos e que o mercado de trabalho, brasileiro estava apresentando grande dinamismo na geração de empregos protegidos pela legislação trabalhista.

Os autores complementam, ainda, que *“deve-se esclarecer que, no Brasil, muitos desempregados não aparecem nas estatísticas oficiais, por [...] exercer um trabalho precário e esporádico”* (MORETTO; PRONI, 2012:145-146)

Tal nuance amplia um pouco o cenário de transformações. Nada obstante às modificações no panorama recente de organização das relações de trabalho, existem ainda incontáveis sutilezas que não permitem computar seus efeitos sobre amplas camadas excluídas da população.

Além disso, existem muitos outros fatos aqui não abordados que certamente são significativos para as recentes transformações no mercado de trabalho brasileiro, mas em razão das limitações das escolhas metodológicas deste estudo, não serão objeto de análise.

Portanto, seja em função do aumento da geração de empregos formais ou em razão do aumento da renda do trabalhador informal que, racionalmente, percebe que sua renda aumenta se somada à renda dos benefícios apresentados, ou, ainda, em função de uma tímida diminuição do trabalho precário, tais acontecimentos se revelam formas sugestivas de se pensar a recente redução da desigualdade de renda no Brasil, pois todos

convergem para um mesmo ponto: o aumento de renda do trabalho e a melhora nos índices que o medem no Brasil.

A seguir, ver-se-á a ocorrência do desemprego, por regiões do Brasil.

4 DINÂMICA DO DESEMPREGO NO BRASIL E REGIÕES

O mercado de trabalho no Brasil, como se viu, passa recentemente por um contínuo dinamismo, em função de uma sensível melhora a partir de 2003. Esta trajetória acompanha outra, que é a tendência de queda de todos os indicadores das taxas de medição do desemprego e de aumento nos índices de geração de trabalho, sobretudo formal.

Uma evidência deste panorama de melhora é a observação de um saldo, de modo geral positivo, no desempenho das Regiões Metropolitanas (RM), quando se analisam os valores dos principais blocos regionais, Sul/Sudeste e Centro-Oeste/Nordeste/Norte.

4.1 O PANORAMA DAS TAXAS DE DESEMPREGO NO BRASIL, 2003 A 2013.

Enquanto o PIB brasileiro sofre uma moderada expansão em relação ao crescimento de economias de outros países em um conhecido cenário de crise, as taxas de emprego formal no país só aumentam.

A análise dos números absolutos da geração de empregos formais no país é muito expressiva. Segundo Paulo Aguiar do Monte, José Antônio Rodrigues da Silva e Michele Ferreira Gonçalves, *“apesar de o Brasil ter registrado uma taxa de rendimento médio do produto de 3,3% ao ano no período 2000-2009, a expansão do mercado formal, no mesmo período, se deu a uma taxa de 5,14 % ao ano”* (MONTE; SILVA; GONÇALVES; 2012:333)

A análise desses números revela a expansão do emprego formal no Brasil. Os postos formais saltaram de algo em torno de 27 milhões no ano 2000, para cerca de 42 milhões em 2009, ano em que a crise internacional atinge o país.

Quanto às taxas anuais relativas⁴ de desemprego no país, observa-se que o registro de 12,3% em 2003, seguiu uma tendência de queda, em 2006 eram 9,9% e em 2008, 7,8%.

Apenas o acirramento do citado período de crise que se instalou sobre a atividade econômica brasileira causou uma leve e breve alta do desemprego no ano de 2009. O percentual de desempregados cresceu para 8,1%.

Apesar da mencionada alta, houve a retomada da retração da referida taxa anual. Em 2010, já era quebrada a barreira dos 7% e em 2011 alcançava o patamar dos 6%.

O ano de 2012 apresentou taxa 5,5% e o acumulado dos meses de janeiro a outubro de 2013, mesmo ainda não tendo sido divulgadas as parciais de novembro e dezembro, meses que historicamente apresentam as menores taxas mensais de desemprego, já mostra uma taxa parcial de 5,04%.

Nesta última década a medição do desemprego no Brasil se alinha à tendência de queda das taxas em número absoluto e relativo de desemprego no país, conforme dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.2 A EVOLUÇÃO DAS TAXAS REGIONAIS DE DESEMPREGO NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2003 A 2013.

As taxas regionais de desemprego em número absoluto e relativo parecem apontar para a mesma direção. Há um patente declínio em todas as regiões pesquisadas; contudo, existem variações importantes que revelam sutilezas na análise comparada

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm>

entre regiões, sobretudo quando em face dos números encontrados acerca dos blocos regionais Centro-Oeste/Nordeste/Norte e Sudeste/Sul. Cinco tabelas ajudarão a melhor entender este processo.

TABELA 1 - ADMITIDOS E DESLIGADOS EM NÚMEROS ABSOLUTOS

Capitais selecionadas, Brasil, Mar. 2002-2013

REGIÕES/CAPITAIS	DESLIGADOS		ADMITIDOS	
	Mar 2002/03	Mar 2012/13	Mar 2002/03	Mar 2012/13
SUDESTE/SUL				
Belo Horizonte/MG	311.219	681.671	327.456	708.555
Rio de Janeiro/RJ	518.672	1.029.821	542.156	1.089.708
São Paulo/SP	897.484	2.220.336	939.335	2.315.566
Porto Alegre/RS	162.149	346.020	163.997	366.796
Curitiba/PR	196.410	484.305	204.767	502.135
NORDESTE/NORTE/CENTRO-OESTE				
Fortaleza/CE	131.196	310.324	139.367	324.715
Recife/PE	102.176	243.644	107.658	250.950
Salvador/BA	121.792	303.939	128.115	305.294
Belém/PA	55.681	111.131	60.117	113.151
Manaus/AM	78.327	199.846	90.699	200.020
Brasília/DF	163.260	358.364	181.062	367.443
Goiânia/GO	126.646	275.472	134.239	291.708
Anápolis/GO	18.688	46.109	19.706	50.148

Fonte: MTE/CAGED.

De início, é preciso ressaltar que os dados dos números absolutos aqui tratados têm, em certa medida, estreita e limitada abrangência, uma vez que decorrem exclusivamente dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sistema Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED).

A captação dos dados absolutos restringe-se tão somente aos registros do emprego formal junto ao mencionado Ministério e ocorre por força de imposição legal, de forma que as empresas que visam cumpri-la cadastram no sistema CAGED/MTE o total de admitidos e desligados para o intervalo do ano decorrido.

Tal análise é sem dúvida frágil, pois passa ao largo de outros tipos de desemprego, entre outros, o oculto pelo desalento ou por condições precárias. Contudo, o que se objetiva é a tentativa de investigar a possível tendência de expansão do emprego formal, medida que também impõe o contorno de outros tipos de desemprego, que serão brevemente tratados na próxima Tabela.

De acordo com a Tabela 1 ainda, a variação do número absoluto de desligados do emprego formal observado nos blocos Sudeste/Sul e Centro-Oeste/Nordeste/Norte demonstram a tendência de aumento no número de desligados, de março de 2002 a março de 2013.

As capitais São Paulo e Curitiba tiveram as mais fortes variações para toda a região Sudeste/Sul. Praticamente empataram na expansão do número absoluto de desligados no período mencionado. Cada uma nessa ordem com 147% e 146% de expansão e 1.322.852 e 287.895 a mais de desligados entre os meses observados, março de 2002 a março de 2013.

Em Porto Alegre foram 183.871 novas vagas formais desligadas, com aumento de 113%, nos mesmos meses apontados, enquanto as capitais Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram as menores variações, respectivamente, 370.452 e 511.149 destes postos, com aumento de 119%, e 98%.

À exceção da capital Rio de Janeiro, com 98%, todas as demais capitais deste bloco verificaram subida no número absoluto de desligados do emprego formal, pelo menos 100%. Em alguns casos como se viu, chegou a quase 150%, o que demonstra dois fatos.

Primeiro, que em face da antes referida limitação dos dados do sistema CAGED/MTE, estes números parecem confirmar a evidência de tendência ao aumento do número de desligados em números absolutos, como demonstram a rotatividade e circulação de empregos presentes nas informações amostrais veiculadas pelas empresas participantes do citado sistema, uma vez que houve expansão destes dados entre os meses de março de 2002 a março de 2013.

Por fim, que o maior número de desligados em todas as capitais observadas permite se pensar a razão da expansão do emprego formal no país. Os dados demonstram que mais que dobrou o número de desligados em todo o bloco. Esse aumento significou, antes do fechamento destas vagas, a geração de novas vagas, sobretudo a se considerar que o número de admitidos dos postos formais acompanhou este processo de expansão.

No bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte, Manaus obteve o mais expressivo aumento, com 126.646 vagas formais desligadas e aumento de 155% entre aqueles meses. A capital Salvador e a cidade de Anápolis seguiram, respectivamente, com expansão de 182.147 e 27.421 destas vagas, com subidas de 149% e de 147%.

Por seu turno, Recife obteve 141.468 novas vagas formais desligadas, uma elevação de 138%. Fortaleza, quase na mesma faixa, apresentou uma expansão de 136%, que equivale a 179.128 destes postos a mais, no mesmo período.

As mais baixas variações que, no entanto, ainda podem ser entendidos como significativos aumentos no número de postos formais desligados, cabem à Goiânia que

atingiu 148.826 destes postos, com aumento de 117% e Brasília com 195.130, e elevação de 119%.

A capital Belém é a única deste bloco a apresentar variação abaixo de 100%. Gerou 55.450 destas vagas a mais e obteve 99% de expansão entre os meses de março de 2002 a março de 2003.

Assim como no bloco anterior, os resultados deste bloco confirmam a tendência a elevação do número de desligados. Dele também é possível pensar que as vagas desligadas sejam evidência da expansão do emprego formal nestas regiões, principalmente como já se disse, em razão da expansão da geração de empregos.

O cruzamento do número absoluto de desligados nas cidades dos dois blocos mostra uma ligeira vantagem para o bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte que, além de ter Manaus como cidade com o melhor desempenho comparativo, superando a barreira dos 150% de postos formais a mais de desligados entre todas as regiões pesquisadas, este bloco apresentou ligeira vantagem com mais cidades perto da mencionada barreira dos 150%, caso das três capitais da região Nordeste e de Anápolis, na região Centro-Oeste.

Quando se analisa o número de admitidos nos meses de março de 2002 a março de 2003 tem-se a dimensão da atmosfera positiva da geração de emprego, para ambos os blocos.

O bloco Sul/Sudeste teve impulso muito forte na geração de empregos. São Paulo apresentou o melhor resultado de todo o bloco, com 1.376.231 novos admitidos no período, o que equivale a 146% de aumento. Curitiba veio a seguir com 297.368 destes postos, e elevação de 145%.

Belo Horizonte aparece com 381.099 admitidos a mais neste mesmo intervalo, com subida de 116% e Porto Alegre fecha a década com 202.799 novos admitidos e expansão de 114%. Enquanto Rio de Janeiro apresenta 547.552 destas vagas, com 101%.

Da mesma forma, o bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte teve considerável aumento na geração de emprego. Anápolis teve o maior aumento de admitidos, 30.442, em uma expansão de 154%. Salvador a seguiu com 177.179 destas vagas e incremento de 138%.

Como se observa, Fortaleza, Recife criaram respectivamente 185.348, 143.292 novas vagas formais, mas, apesar da diferença de mais de 40.000 postos em favor da primeira, obtiveram, nessa ordem, expansão na década observada bastante aproximada, 133% e de 132%.

Por fim, Goiânia obteve 157.469 admitidos a maior, uma expansão de 117%. Manaus 109.321 e aumento de 120% e Brasília realizou 186.301 novos admitidos, com subida de 103%. Belém, a capital que criou menos emprego, o que não deixa de ser uma marca bastante positiva, gerou novos 53.034 empregos, obtendo aumento de 88% na década.

Vê-se que todas as cidades pesquisadas dos dois blocos obtiveram aumento de empregos. Estes números, mesmo resultantes apenas como se disse de uma amostra, também sugerem que o aumento no número de desligados nos meses pesquisados pode ser pensado em termos da expansão do emprego formal.

Porém, quando se cruzam as informações do saldo final da diferença entre o total de desligados e de admitidos em cada cidade dos dois blocos, no período, observam-se números quase irrelevantes em relação à diferença encontrada.

Como já se advertia, tal processo expõe a fragilidade dos números absolutos. A análise apenas do emprego formal, quando existem no mundo real tantas outras formas de trabalho e ocupação produtiva, requer o sucinto cuidado de delinear esta tendência.

Em relação ao bloco Sudeste/Sul, São Paulo, apesar da forte geração de empregos, obteve saldo positivo de apenas 53.379 vagas de admitidos a mais que desligados, naquele período. Ainda sendo esta a maior diferença positiva de ambos os blocos, por gerar mais de 1,3 milhão de novas vagas formais esta cidade sequer atingiu 5% a mais de saldo.

O mesmo ocorre com Porto Alegre e Rio de Janeiro, em que cada um nessa ordem atingiu pouco mais de 4% e de 3% de saldo positivo. Belo Horizonte e Curitiba também não atingiram 2% de admitidos a mais que desligados.

Quando se olha para o bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte se percebe que algumas de suas capitais apresentaram resultados ainda menos significantes. Salvador obteve saldo negativo, de 4.968 desligados a mais que admitidos, seguido por Belém, que conseguiu saldo negativo de 2.416. Brasília também apresentou saldo negativo de 8.723 e Manaus, o pior entre todos os saldos dos dois blocos, com 12.198 desligados a mais que admitidos.

De modo geral, o desempenho entre o número de admitidos em relação ao de desligados das capitais dos dois blocos tendeu ao equilíbrio, apresentando pouco mais admitidos que desligados.

Enquanto algumas capitais verificaram saldo negativo, outras como Goiânia, obtiveram saldo positivo, mas pouco expressivo, uma vez que sequer alcançou 3% de saldo positivo. Mesmos casos de Fortaleza, com pouco mais de 2% de admitidos a mais

que desligados e de Recife e de Anápolis que não conseguiram atingir saldo positivo de 1%.

Saldo equilibrado, destaque para o desempenho individual de algumas capitais, positiva ou negativamente. Para citar nessa ordem dois exemplos, têm-se os casos de São Paulo e Manaus, logo, merece relevo a forte geração de empregos em todas as capitais pesquisadas. Um salto importante entre março de 2002 e março de 2013, no qual o emprego para todas as capitais abrangidas, mesmo em face do que parece ser um alto índice de desligamentos, aumentou progressivamente.

Algumas considerações importantes ainda remanescem quanto ao número de desligados e admitidos. Quando se observam os números absolutos do bloco Sudeste/Sul, verifica-se que a capital São Paulo alcançou o melhor desempenho na geração de emprego. Só, gerou praticamente a mesma quantidade de novas vagas formais que a soma de todas as outras capitais de seu bloco.

Nesse sentido, Curitiba também se destaca. Gerou 104.024 vagas formais a mais que Porto Alegre com quase meio milhão de novos postos nos meses analisados. Enquanto a última aumentou em 57% o número de vagas formais, a primeira obteve um aumento muito superior, 147%, no mesmo período.

Ao todo foram criados mais de 2.800.000 novos empregos para todos os municípios observados da região Sudeste/Sul e 1.042.466 empregos para as capitais pesquisadas na região Centro-Oeste/Nordeste/Norte. Quase 4.000.000 de novas vagas entre estes meses, para quase 3.800.000 pessoas desligadas no mesmo período. Um saldo final positivo em torno de 200.000 postos de emprego formal.

TABELA 2 - TAXAS DE DESEMPREGO POR TIPO
Regiões Metropolitanas (1)⁵, Brasil, 2009 – 2013 (EM %)

PERÍODO		2009	2010	2011	2012	2013
Aberto		9,6	8,4	7,8	8,0	8,1
Oculto	Pelo Trabalho Precário	2,8	2,3	1,6	1,6	1,6
	Pelo Desalento	1,4	1,1	0,8	0,8	0,7
	Total	4,2	3,3	2,5	2,4	2,3
TOTAL		13,8	11,7	10,3	10,4	10,3

Fonte: Convênio **DIEESE** – Seade; **MTE** – **FAT** e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – **PED**.

Nota-se quanto aos outros tipos de desemprego que tanto o desemprego aberto como o oculto apresentam um visto processo de queda em suas respectivas taxas, quando se observa a linha do tempo; conforme dados do DIEESE/PED e Ministério do Trabalho e Emprego/MTE.

Enquanto a taxa de desemprego aberto em 2009 era da ordem de 9,6%, passa, em 2013, a 8,1%. O mesmo processo ocorre com o desemprego oculto. Em razão do desemprego oculto pelo trabalho precário, apesar de apresentar a mesma taxa nos três últimos anos do período mencionado, 1,6%, caiu dos 2,8% em 2009.

O desemprego medido pelo desalento, por fim, caiu pela metade entre os anos 2009 e 2013. No geral, os tipos de desemprego não-formais, declinaram de 13,8% para 10,3%.

⁵ (1) - Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

TABELA 3 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) EM NÚMEROS ABSOLUTOS

Regiões Seleccionadas, Brasil, 2001-2011 (em milhões)

REGIÕES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Sudeste	39333	40629	41069	41508	43339	44300	44400	45232	45974	45139
Sul	14629	15139	15348	15535	15765	16114	16220	16138	16387	16106
Centro-Oeste	6644	6877	6928	7199	7447	7595	7859	8028	8204	8188
Norte	4711	5056	5259	7475	7770	7846	7892	8107	8285	8396
Nordeste	24720	25578	26111	26600	27700	28103	27921	28399	28349	27448

A Tabela 3 permite as últimas considerações quanto à geração de empregos. Conforme seus dados, a População Economicamente Ativa (PEA) de toda a região Sudeste, de acordo com dados da PME/IBGE, no período entre 2001 a 2011, cresceu em número absoluto quase 6.000.000 de pessoas economicamente ativas, enquanto a da região Sul se expandiu em 1.477.000.

Mesmo que não se possa atrelar a maior perda de postos de emprego formal ao crescimento das Populações Economicamente Ativas, como são os casos das regiões Sudeste e Sul, estas apresentaram no período mencionado o maior número de admitidos em todas as regiões pesquisadas.

Nesse quesito também impressiona o resultado de Curitiba. Uma década mais tarde, a capital atingiu como se viu na Tabela 1, aproximadamente 300.000 novos postos de trabalho e se inseriu na expansão proporcional de 11% da População Economicamente Ativa de sua região, Tabela 3, entre os anos de 2002 e 2011.

Esta é a menor expansão da População Economicamente Ativa entre todas as regiões do país. Montante muito inferior aos 14% de expansão observada para toda a região Sudeste, no mesmo período.

Quanto ao bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte, este apresenta nessa ordem, aumento na População Economicamente Ativa de 1.544.000, 3.865.000 e 2.728.000, de acordo com os dados da Tabela 3. Tal diferença permite considerar as variações no desempenho das diversas regiões, analisadas, bem como observar nuances da expansão do emprego no período.

Outros casos também chamam a atenção. Manaus, mesmo inserida na População Economicamente Ativa que proporcionalmente mais aumentou em todas as regiões, dobrou em 10 anos, surpreende como já se viu em relação ao vultoso número de empregos gerados por esta capital, em uma década.

Recife e Fortaleza aumentaram o seu número de vagas formais em duas vezes e meia na década investigada e Goiânia, Brasília e Anápolis, na mesma toada, tiveram subida expressiva na criação de postos formais, ultrapassando duas vezes o número de empregos formais em uma década. Frisa-se que a região Centro-Oeste obteve a segunda menor expansão da PEA verificada entre todas as regiões pesquisadas.

Após os resultados do desemprego formal, passa-se à análise das taxas de desemprego em valores relativos.

TABELA 4 - TAXA DE DESEMPREGO EM NÚMEROS RELATIVOS
Regiões metropolitanas, Brasil, Mar 2002 – 2013

REGIÕES	Mar 2002/03	Mar 2012/13
SUL/SUDESTE		
Belo-Horizonte ¹	10.4	4,3
Rio de Janeiro ¹	9.7	4.7
São Paulo ¹	12.9	6.1
Porto Alegre ¹	8.7	3.9
Curitiba ²	8.2	4,1
NORDESTE		
Fortaleza ¹	-	10.0
Recife ¹	12.4	6.1
Salvador ¹	15,1	6.9
CENTRO-OESTE		
Brasília ¹	-	12,4

Fonte: Dados organizados de informações **PED/DIEESE** ¹; **IPARDES/PR** ²

Ampliada a abrangência da perda de postos formais de trabalho para outros tipos de não-trabalho necessário, analisam-se outras formas de desocupação, localizando o tema para além do emprego.

As taxas de desemprego relativas são formas mais específicas de medição do não-trabalho necessário. Sua análise é estendida para o âmbito das Regiões Metropolitanas (RM), outros polos além das capitais e contíguos a elas que influenciam a atividade econômica nas capitais ou centros de importância.

Em todas as Regiões Metropolitanas investigadas as taxas relativas de desemprego diminuíram. Os três principais centros da atividade econômica da região

Sudeste apresentaram em uma década, a maior redução média de 54.3% entre todas as regiões.

Destaque para Belo Horizonte que alcançou impressionantes 58.6%, seguida de São Paulo com 52.7% e Rio de Janeiro que apresentou diminuição de 51.5%. A primeira é a única região estudada a se aproximar, após uma década, da barreira dos 60% de queda na medição do desemprego.

Entre as Regiões Metropolitanas Sul, Curitiba obteve 50% de queda nas taxas relativas de desemprego e Porto Alegre alcançou 55,2% de baixa no mesmo período, o que lhe vale a segunda maior redução do desemprego em todas as regiões.

Os resultados da região Sul são ainda mais significativos se considerar tais regiões as únicas a apresentar taxas de desemprego na faixa de 8% ainda em março de 2003. A região Sul observou redução média de quase 52.5% em todas as suas Regiões Metropolitanas.

As RM de toda a região Nordeste também apresentaram quedas como as observadas para os outros blocos. A de Salvador apresentou segura diminuição das taxas relativas de desemprego, 54.3% e a de Recife 50.8% de redução. Ambas diminuíram as taxas relativas de desemprego em uma década próximo a 52.5%.

A Região Metropolitana de Fortaleza só aparece na aferição das taxas de desemprego a partir de Dezembro de 2008, em razão do contingenciamento de dados dos principais institutos de pesquisa. Mesmo assim, em março de 2009, segundo dados do DIEESE⁶, eram 12.2%, que entre março de 2012 e março de 2013 caíram para

⁶ Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisepep/annualfor.html>>.

10.02%. Com a ressalva, a menor redução obtida em toda a Região Metropolitana Nordeste para Março de 2013.

Igual caso registra a RM de Brasília, cujos dados para aferição relativa do desemprego só passam a ser disponibilizados a partir de janeiro de 2006⁷. Nesta data apresentava uma taxa de 18.6%, que em 2013 eram 12.4%. A mesma ressalva anterior para a maior taxa de desemprego observada entre todas as regiões deste estudo, chegando a obter taxa de quase 19% em 2006.

As RM do Centro-Oeste, com exceção de Brasília, bem como Nordeste e Norte, em razão de também não serem contempladas pelos referidos centros de dados acerca do desemprego regional, podem ser pontuadas pela menção a alguns aspectos de seus desempenhos em certos setores da atividade econômica de suas regiões.

De acordo com Paulo Aguiar do Monte, José Antônio Rodrigues da Silva, Michele Ferreira Gonçalves (2012:340-343)

em nível regional, pode-se observar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nessa ordem, foram as que mais criaram empregos formais, em termos relativos. A região Norte, por exemplo, aumentou um crescimento superior a 100% no número de empregos formais. O expressivo incremento no emprego verificado nas regiões Norte e Centro-Oeste, provavelmente, está relacionado ao fato de essas regiões se constituírem na fronteira agrícola do país, onde foram observados a evolução do setor agropecuário e o crescimento bastante acelerado do setor comércio nas últimas décadas, cuja expansão deve estar relacionada ao dinamismo das atividades agropecuárias e a necessidade do fornecimento dos insumos e equipamentos, bem como de bens de consumo aos novos indivíduos que afluem a elas, atraídos pelo crescimento da riqueza. No Nordeste [...] os setores de administração pública, serviços e comércio foram os que mais empregaram trabalhadores na região, embora, no período, o setor de construção civil tenha sido o que obteve a maior taxa de crescimento no período 2000-2009 (superior a 100%).

⁷ Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisepep/anualfor.html>>

Ainda conforme os supracitados autores (2012:343-346)

A distribuição percentual do emprego pelos estados da região Nordeste, segundo o setor de atividade no período 2000-2009, está apresentada [...]. Os empregos mais ricos da região (Bahia, Pernambuco e Ceará) detêm os menores percentuais de participação relativa do emprego formal na administração (Bahia com 30,34%, Pernambuco com 27,69% e Ceará com 31,26%, todos em 2009). Este cenário é um indicativo de que, nestes estados, o setor privado é mais dinâmico e consegue absorver grande parte da mão de obra estadual. Por sua vez, nos outros estados nordestinos, é visível a dependência do Setor Público na geração de emprego [...]. Os únicos setores que presenciaram aumento de suas respectivas participações relativas em todos os estados do Nordeste foram os de construção civil e comércio. Por sua vez, os setores de administração pública e serviços de utilidade pública foram os que registraram as maiores quedas em termos de participação relativa nos seus respectivos estados. [...] Pernambuco foi o único que apresentou redução mais significativa, mas ainda bastante tímida. Sua participação no emprego regional recuou de cerca de 20%, no ano 2000, para 16,66% em 2009.

Na mesma perspectiva, Júlio Miragaya explana sobre o desempenho das RM Centro-Oeste (2011:26-27)

O Centro-Oeste tem sido a região de maior crescimento econômico nas últimas décadas. Muito embora esta expansão acelerada tenha se iniciado no início do século XX, o movimento ganhou outra dimensão após a fundação de Brasília.

Do início do século XX até o final da década de 1950, com o “espraçamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, ocorreu uma forte aceleração da ocupação da região, com sua população saltando de 370 mil em 1900 para 3,0 milhões em 1960. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se economicamente, com a produção de grãos saltando de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960 e a criação de gado passando de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

Foi a partir da fundação de Brasília em 1960, contudo, que a ocupação do Oeste Brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, tendo ela cumprido a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, inclusive por ter funcionado como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha rodoviária nacional, então em estruturação, e que passou por exponencial expansão nas décadas seguintes.

Dessa forma, entre 1960 e 2009, a população da região mais que quintuplicou de tamanho, para 17,34 milhões; a produção de grãos cresceu 3.650%, de 1,46 milhão em 1960 para 54,7 milhões de toneladas em 2010 (37,5% do total nacional); o rebanho bovino cresceu 714%, de 10,75 para 87,5 milhões de cabeças de 1960 a 2008 (43,3% do total nacional) e a produção de leite aumentou 1.790%, passando de 250 milhões para 5,0 bilhões de litros entre 1960 e 2008 (18,1% do total produzido no país). Excepcional crescimento teve também o setor de serviços, impulsionado pelo dinamismo do país setor agrário e apenas na atividade industrial a região não apresentou expansão semelhante, embora nas duas últimas décadas tenha havido um forte crescimento da atividade agroindustrial.

A taxa de urbanização na região é de 84%, a segunda mais elevada do país, embora seja ainda uma região de fronteira agrícola. Isto ocorre devido ao modelo agrário predominante, baseado no agronegócio. Suas grandes metrópoles, Brasília e Goiânia, Respectivamente com 3,5 milhões e 2,1

milhões de habitantes em suas áreas metropolitanas, alinham-se entre as maiores do Brasil. Incluindo-se a aglomeração urbana de Anápolis, com cerca de 400.000 habitantes, a terceira maior aglomeração urbana do país. Esta grande aglomeração representa 45% da população urbana regional e expressa a fragilidade da rede urbana do Centro-Oeste, configurando uma típica situação de macrocefalia urbana e refletindo o baixo grau de industrialização.

A participação da região no PIB nacional também vem crescendo de forma acentuada, tendo passado de 3,8%, em 1970 para 9,0% em 2007, superando a barreira dos R\$ 262 bilhões, despontando como a região de melhor desempenho entre as macrorregiões brasileiras.

Não obstante os graves problemas que têm atingido a economia de Brasília, nos últimos anos, é preciso destacar a capacidade que esta metrópole tem apresentado na superação desses obstáculos. Provavelmente a base desta vitalidade seja o dinamismo que a economia da Região Centro Oeste, tem demonstrado nestas últimas décadas, e que tem gerado fluidos positivos para as duas metrópoles regionais.

Pois esta escala das transformações ocorridas na Região Centro-Oeste no último Século, e, particularmente nas suas cinco últimas décadas, foram de tal magnitude que colocaram a região numa situação de definição de seus rumos, de frente para questões que devem ser enfrentadas para que se abram possibilidades de se iniciar um novo ciclo em seu desenvolvimento, e isto inclui necessariamente uma discussão mais aprofundada sobre as possibilidades para desenvolvimento da atividade industrial no Centro-Oeste e na região metropolitana em particular.

A discussão sobre a industrialização do Distrito Federal vem sendo travada desde a fundação no Distrito Federal, mas foram mesmo desestimulados. E deve-se observar que este período (décadas de sessenta) correspondeu precisamente a fase de mais acelerada industrialização do país. Deve-se destacar também que fatores ambientais tiveram também influência decisiva nesta orientação.

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. Expressão disto foi que entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização) a da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do Governo Federal e a primeira a ser extinta. Mas do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o BNB (Nordeste), BASA (Sul), o Centro-Oeste ficou privado de tais instrumentos, de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

Certamente que o baixo grau de industrialização regional está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Mas talvez o fator decisivo seja o fato de o Estado Brasileiro, na fase mais importante do desenvolvimento industrial do país, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais, não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dada à demais regiões.

Portanto, não obstante o avanço da industrialização ocorrido nas duas últimas décadas, particularmente a agroindústria, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as macrorregiões do país, respondendo por pouco mais de 3,0% da produção industrial nacional, percentual muito inferior à participação da região no PIB nacional (9,0%). Dessa forma, não surpreende o pífio desenvolvimento do setor industrial no Distrito Federal.

Miragaya (2011:27) finaliza indicando o processo de *“mudanças no panorama das taxas de desemprego no setor terciário da economia de todo o país”*.

É possível perceber que todos os autores imediatamente citados se adéquam ao cenário aqui explorado, de redistribuição de inversões públicas e privadas ante ao processo de expansão geral da economia brasileira. Neste contexto, tais fatores parecem ter impacto real sobre o mercado de trabalho no país.

Então, quando se pensa o destaque atribuído pelos precedentes autores às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em face de sua forte redução nas taxas relativas de desemprego na década pesquisada, não se passa ao largo do seguro processo de expansão do PIB observado nestas Regiões Metropolitanas. Este ainda será tratado em outra tabela desta pesquisa.

Por outro lado, quando se leva em consideração a expansão da População Economicamente Ativa (PEA) entre os anos de 2001 e 2011 se observam diferentes desempenhos relativos nas distintas Regiões Metropolitanas.

Afinal, a População Economicamente Ativa das Regiões Metropolitanas Sudeste aumentou em aproximadamente 6.000.000 de pessoas enquanto a das regiões Nordeste subiram perto de 2.700.000 de pessoas e a referente à região Sul se elevou em quase 1.500.000 pessoas, todas no mesmo período.

Vê-se que as Regiões Metropolitanas Sudeste e Sul apresentaram os melhores resultados na redução do desemprego, com as maiores quedas em uma década, confirmando para as regiões Sul especificamente os menores crescimentos de População Economicamente Ativa de todas as regiões pesquisadas.

As Regiões Metropolitanas Sudeste embora também hajam conseguido diminuir suas taxas de desemprego relativo em todas as suas regiões, apresentaram o maior crescimento de População Economicamente Ativa nesta década.

As Regiões Metropolitanas Nordeste também conseguem expressiva redução nas taxas de desemprego, com a ressalva de que a expansão de sua População Economicamente Ativa superou a da região Sul no mesmo intervalo.

O que merece mesmo destaque é a percepção da clara padronização dos índices de desemprego nas regiões pesquisadas independente do bloco onde se radicam. Notam-se três padrões de desemprego após o transcurso da década observada.

O primeiro é composto por escores que variam de 3,9% a 4,7%, estendendo-se a todas as Regiões Metropolitanas da região Sul e da região Sudeste, exceto São Paulo.

A RM de São Paulo localiza-se no segundo padrão de desemprego e apresenta o mesmo escore no período que a RM de Recife, 6,1%. Também integra este padrão a RM de Salvador, que realiza no íterim percentual de 6,9%, números seguramente convergentes.

O terceiro padrão e mais alto entre todas as regiões pesquisadas se observa entre as RM de Fortaleza e Brasília, que apesar de apresentar uma década antes os maiores índices de desemprego entre todas as regiões, realizaram considerável melhora na redução do desemprego, contudo, permanecendo com os maiores percentuais de desemprego após 10 anos.

Desenham-se assim a representação do processo de queda do desemprego ocorrido em todo país e a convergência padronizada nas taxas relativas de desemprego de RM dos blocos verificados.

Um último fator importante para localizar as Regiões Metropolitanas Norte na análise das quedas de desemprego regional no país é a análise da evolução do PIB de todas as Regiões Metropolitanas. Nela também têm destaque as regiões Centro-Oeste e Norte.

**TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
POR REGIÕES**

Unidades da Federação, Brasil, Mar 2002-2011 (%)

REGIÕES/UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Centro–Oeste	9,1	9,2	9,4	9,1	8,9	9,1	9,5	9,8	9,8
Goiás	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,5	2,6	2,7	2,7
Distrito Federal	3,9	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	4	4,2	4,1
Norte	4,8	4,9	5,1	5,1	5,2	5,1	5,3	5,2	5,6
Amazonas	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5
Pará	1,8	1,8	1,9	1,9	2	1,9	2	1,9	2,3
Nordeste	13,3	13	13	13,3	13,3	13,3	13,5	13,9	13,8
Ceará	2	1,9	1,9	2	2	1,9	2	2,1	2,2
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5
Bahia	4,1	4	4,1	4,2	4,1	4,2	4,1	4,3	4
Sudeste	55,7	54,9	54,7	55,7	56	55,5	54,9	54,4	54,4
Minas Gerais	8,7	8,8	9,4	9,1	9,2	9,2	9,5	9	9,6
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,1	11,3	11,5	11	11,2	10,8	11,2

São Paulo	33,7	33,3	32,3	33,2	33,2	33,2	32	32,6	31,4
Sul	17,1	18	17,8	16,8	16,5	16,9	16,8	16,8	16,3
Paraná	6,1	6,6	6,5	6	5,9	6,2	6	6	5,8
Rio G. do Sul	7,2	7,4	7,2	6,7	6,7	6,7	6,7	6,8	6,4
BRASIL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada a partir de dados de Regiões Metropolitanas, IBGE, em parceria com Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os maiores crescimentos relativos do PIB, Tabela 5, para o período de 2001 a 2011, são os observados para as regiões Centro-Oeste e Norte. Neste ínterim, a primeira variou 0.7% e a última surpreendente 0.8 %, todos em relação ao PIB Brasil.

Dos citados 0.7% de alta na participação do PIB Centro-Oeste, a região de Goiás obteve aumento de 0.2% e Brasília apresentou elevação ainda maior, 0.3%. E os 0.8% da região Norte, situam-se entre os melhores desempenhos entre todas as regiões do País, seguido de perto da região Centro-Oeste.

O destaque da região Norte fica com Pará que, de toda a região, alcançou 0,5% da produção nacional, superando, e muito, Manaus, com apenas 0.1%.

A região Nordeste foi outra a merecer destaque. Com aumento de 0.5% sobre a participação nacional do PIB entre 2001 e 2011, Bahia e Pernambuco tiveram alta de 0.1% deste valor, enquanto Ceará liderou este crescimento com 0.2%.

Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul observaram queda nesta participação. A região Sudeste diminuiu sua participação em 1,3% do PIB do país. Exceção para Minas Gerais, Estado que demonstrou o melhor desempenho individual entre todas as regiões

pesquisadas, crescendo 0.9% da riqueza nacional entre os anos de 2001 e 2011. A menor taxa de desemprego relativo veio acompanhada da maior expansão do PIB.

Da mesma forma, Rio de Janeiro obteve perda de 0.4%, enquanto São Paulo encolheu 2.3% de sua região, naturalmente a mais numerosa retração observada entre todas as regiões. A região Sul amargou queda de 0.8% do PIB brasileiro. Paraná encolheu 0.3% e Rio Grande do Sul 0.8%.

Portanto, a análise em bloco mostra que Centro-Oeste/Nordeste/Norte leva alguma vantagem quanto ao aumento da riqueza produzida em suas regiões, quando se comparam relativamente seus resultados com o desempenho da Região Sudeste/Sul, com exceção de Belo Horizonte, movimento que vai muito além dos números absolutos de cada região.

Ressalta-se, afinal, que a análise relativa do desemprego mostrou aqui maior precisão na aferição do desemprego. Talvez por lidar com outras de suas formas, tais qual o desemprego oculto e o aberto, além de outras formas de trabalho precário e, ainda, pelo fato de pesquisar as principais Regiões Metropolitanas do país, sua amplitude alcança resultados mais abrangentes e significativos que permitem à análise dos dados essa maior precisão.

A seguir, serão tratadas breves questões.

5 DINÂMICA DO DESEMPREGO REGIONAL

A análise do padrão de desemprego aqui proposta é interpretada a partir dos dados do emprego formal segundo dados da CAGED e emprego formal e informal, de acordo com os dados da PED - DIEESE. Ocorre tanto por influência de números absolutos quanto por meio de pesquisas mais abrangentes, em números relativos, que investigam o fenômeno nas principais Regiões Metropolitanas do país.

A partir desta noção, vê-se que no início da década 2000-2010 as Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e São Paulo apresentavam um alto padrão de desemprego observado em suas taxas relativas. Rio de Janeiro e Belo Horizonte situavam-se em um médio padrão, enquanto Porto Alegre e Curitiba se localizavam entre as regiões de baixo padrão de desemprego.

Passada uma década, houve um rearranjo na disposição mencionada. Brasília e Fortaleza passaram a aparecer na medição do desemprego, a partir dos dados do DIEESE, os da primeira disponibilizados a partir de 2006 e os da última, a partir de 2009. Ambas, que ocupavam o mais alto padrão de desemprego (3), atualmente permanecem situadas neste mesmo padrão. Na referida década compõem o grupo das únicas regiões metropolitanas a não apresentar mobilidade.

Todas as outras regiões registraram movimentação no padrão das taxas de desemprego. São Paulo, Recife e Salvador observaram o patamar de médio padrão (2) e Belo Horizonte e Rio de Janeiro alinharam-se a Porto Alegre e Curitiba, todas com baixos níveis de desemprego, o padrão (1).

Quando dispostas estas informações por blocos de regiões, isto é, Sudeste/sul em face de Centro-Oeste/Nordeste/Norte, tem-se a nítida ideia da tendência de baixa das

taxas de desemprego, o que ocorre em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, uma vez que todas registraram em termos relativos que oscilaram entre, pelo menos, 50.0% de redução destas taxas até quase atingir a marca de 60.0% de queda.

Na mesma direção e nada obstante à fragilidade dos dados principais que advêm do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED, que como se disse, além de deixar de fora uma vasta ordem de resultados relevantes para a aferição do desemprego, como o desemprego oculto, aberto e precário, não abarca outros por sexo, grau de instrução ou nível de escolaridade. A investigação do emprego formal permite que se balize a tendência de queda do desemprego no período, no país.

Segundo análise do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA em pesquisa⁸ divulgada em agosto de 2013, a taxa média de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do país que em 2003 era de 13.5%, caiu em 2013 para 8.0%, enquanto tanto o desemprego oculto pelo desalento diminuiu de 3.1% em 2003 para 1.4% em 2013 quanto o desemprego oculto por precariedade também observou queda de 5.0% no ano de 2003 para 2.7%.

O desemprego por gênero também registra redução, pois em 2003 era 10.1% entre homens e 15.2% entre mulheres e em 2013 passou a 4.7% e 6.9%. O desemprego por grau de instrução, na mesma direção, caiu de 8% entre pessoas com menos de oito anos de escolaridade, de 16.6% com escolaridade entre oito e dez anos de escolaridade e de 10,7% com mais de 11 anos de escolaridade, todos em 2003, para respectivamente 4,6%, 7,8 e 5,5% em 2013.

⁸ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_estat04_desemprego.pdf>.

Vê-se que até mesmo nestes delicados lugares do instituto pesquisado houve redução. Mas os dados do MTE/CAGED ainda permitiram a observação de outra tendência relevante para o trabalho, a expansão do emprego formal. Em uma década, com ligeiro destaque para as regiões metropolitanas do bloco Centro-Oeste/Nordeste/norte, observa-se o aumento de até duas vezes e meia no número de postos formais.

O aumento do número de admitidos acompanhou o número de desligados na maior parte das capitais pesquisadas gerando equilíbrio entre elas. Neste ponto, não se pode afirmar de forma definitiva que a consolidação da queda do desemprego se deu a partir dos dados MTE/CAGED, tal como se pode observar a queda das taxas de desemprego a partir dos dados do DIEESE/PED, na análise relativa.

Por outro lado, a associação dos números absolutos ao crescimento da População Economicamente Ativa das Regiões Metropolitanas dos dois blocos revela que de modo geral todas que registraram as menores expansões destas populações obtiveram vantagem relativa em relação às que mais a expandiram.

O mesmo se pode dizer do aumento do Produto Interno Bruto de cada região. Nesse caso, leva certa vantagem o bloco Norte/Nordeste/Norte. A redistribuição de fatores que influenciam a geração de emprego e afeta o mercado de trabalho apontou melhor desempenho para esta região. Com toda ressalva que está asserção possa ensejar, a redistribuição da riqueza produzida afeta os resultados do desemprego no país.

Estes processos antes parecem guardar relação com a seara de transformações por que passou a sociedade brasileira, na última década. Cada medida e iniciativa para a recuperação da atividade econômica do país, com ou sem crise, ocorreram ao mesmo

tempo em que se cristalizava a melhora dos resultados do mercado de trabalho no país, a exemplo da clara tendência de queda nas taxas de desemprego.

Recente pesquisa sobre desemprego⁹, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas – IPEA é importante para os propósitos deste estudo. Segundo a referida pesquisa, os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE mostram a expansão do emprego formal.

De acordo com o MTE, em outubro foram criados 94,9 mil postos formais a mais na economia, o que representa alta de 41% em relação ao mesmo mês do ano anterior e o acumulado dos doze últimos meses até outubro, o saldo da criação de novos empregos com carteira assinada foi de 681,8 mil. Crescimentos consecutivos, que permitem estabelecer que de março de 2013 até o corrente mês, a tendência de expansão do emprego se mantém.

Segundo ainda o IPEA,

o desempenho da PEA nas principais regiões do país vem sendo de grande valia nos últimos meses para segurar a taxa de desocupação perto de 5,5%, pois é inegável que nos meses mais recentes o comportamento da População Economicamente Ativa vem agindo positivamente no sentido de reduzir a taxa de desocupação”.¹⁰

Deste modo, a divulgação da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹¹, em 19 de dezembro de 2013, coaduna-se à tendência de queda do desemprego em todas as regiões metropolitanas, com exceção de Salvador que apresentou um ligeiro aumento da taxa de desemprego de sua região

⁹ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_mercadodetrabalho.pdf>

¹⁰ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_nt02_efeitospopulacao.pdf>.

¹¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2552>>.

metropolitana, passando de 6.5% em outubro de 2012 para 8.2%, em dezembro de 2013.

Todas as outras regiões abrangidas pela pesquisa reduziram ainda mais que os valores das taxas de desemprego encontrados em março de 2013. Destaque para Porto Alegre, que as reduziu para históricos 2.3%. Nessa linha, o Rio de Janeiro também obteve diminuição, passando a 3.8%, São Paulo, caiu para 4,7% e Belo Horizonte, que atingiu a marca de 3,9%.

Portanto, é possível dar contornos ao processo de queda nas taxas de desemprego em todas as regiões do país em seus principais centros de importância e regiões contíguas ou ainda nas capitais dos municípios pesquisados nas várias unidades da federação brasileira. Ratificaram-se, afinal, a força do bloco Sudeste/Sul e a melhora dos índices sociais do outro bloco, todos na cena das transformações empreendidas na última década.

Deve-se a seguir responder se as transformações em curso a partir de 2002 no padrão de emprego da região Centro-Oeste/Nordeste/Norte, em alguma medida afetam o da região Sudeste/sul.

CONCLUSÃO

O movimento da história revela que o processo de formação das principais economias dos países desenvolvidos em meio a períodos de crise, como a que marcou o ano de 1929, trouxe à *praxis* política a mais nova ordem de firme intervenção do Estado nas fases recessivas de seus respectivos ciclos econômicos.

John Maynard Keynes, como protagonista desta idéia, antecipou novos lances na visão dos processos econômicos a partir da recomendação dos ciclos de impressão de moeda para o aumento da demanda efetiva.

Nesta direção, somente os déficits de orçamento do Estado em momentos de crises permitiriam a transposição destas para a desejável condição do pleno emprego, oportunizando o aumento da demanda efetiva. Isto significa que os ciclos de negócios perpassam os impulsos animais e psicológicos do sistema capitalista, reconhecendo que a acumulação da riqueza é impecilho, sobretudo nos momentos de crise, às novas inversões que assegurariam o emprego e aumentariam os processos de demanda efetiva.

Surge, então, a possibilidade de intervenção do Estado, cujos gastos direcionados a esse fim preservariam a demanda efetiva e a preservação do emprego, instituindo o Estado de bem estar social.

No Brasil, a desigualdade econômica observada durante muitos anos foi, sem dúvida, representativa de um desequilíbrio federativo que espelhou por muito tempo as mazelas da geração de emprego e renda no país e, em razão delas, o aprofundamento de um severo quadro de exclusão social.

A partir do ano de 2003, observa-se no panorama político e social brasileiro a alternância de uma agenda política liberal, baseada no esvaziamento da agenda de desenvolvimento regional, para uma nova orientação política, esta baseada na integração regional e cuja inovação possibilitou o fomento de um novo ciclo no desenvolvimento nacional, o *neo-desenvolvimentismo* brasileiro.

Muitas medidas e iniciativas abordadas ao largo deste estudo, alinharam a ordem prescrita por Keynes ao viés *neo-desenvolvimentista* observado no panorama político-social brasileiro, a partir de 2003. Entre outras medidas anticíclicas de intervenção na ordem econômica neste período, têm destaque o programa de distribuição de renda Bolsa Família (PBF), a política de valorização do Salário Mínimo e o programa de aceleração do crescimento (PAC).

Guinou-se para a expansão da oferta de crédito tanto para as camadas mais pobres da população como para empresários, bem como para uma série de medidas fiscais de curta e longa duração, como projetos habitacionais e de infra-estrutura, que visaram à gradual retomada da atividade econômica e à melhora das taxas de medição do emprego no mercado de trabalho brasileiro.

Neste contexto, buscou-se investigar até que ponto as transformações no panorama do emprego operadas a partir do ano 2003 na região Centro-Oeste/Nordeste/Norte afetaram o padrão de desemprego da região Sudeste/Sul.

Um dos muitos efeitos desta nova cena pôde ser traduzido pela progressiva queda nas taxas de desemprego no Brasil, em todas as suas regiões. A chegada deste ciclo de realizações sociais nesta última década traz luz ao seguro processo de expansão do emprego e a significativa queda nas taxas de desemprego, cujos processos pareceram

ignorar os efeitos negativos registrados no período de forte turbulência da atividade econômica mundial, a partir de 2008.

De fato, além de alcançar unidades da federação antes esquecidas pelo seu favor, o emprego foi fortalecido em todas as direções do país. Atingiu e modificou tanto regiões antes relegadas quanto regiões seculares e tradicionais do país e seu efeito multiplicativo se reverberou por vários campos do trabalho, trazendo bons resultados para muitos lugares da atividade laboral.

De modo geral, a sistêmica geração de empregos e renda veio junto com uma sensível e recente melhora dos indicadores sociais, marcando visíveis diferenças entre os blocos Sul/Sudeste e Centro-Oeste/Nordeste/Norte, do país.

O bloco Sudeste/Sul, como decorrência do processo de formação histórica da sociedade brasileira que sempre lhe conferiu a dianteira nestes assuntos, vê agora o bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte que pela mesma razão nas últimas décadas esteve vinculado ao atraso e vitimado pela má distribuição de riqueza e emprego, obter contínuos e bons resultados.

É verdade que a geração de empregos se irradiou por todas as principais regiões do país. Quanto a isso se viu o largo panorama de medidas e iniciativas de governo que objetivaram, entre outros, políticas públicas de distribuição de renda, inversões públicas e privadas, incentivos ou benefícios fiscais que atingiram fortemente o bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte, mas também produziram efeitos no bloco Sudeste/Sul.

Falta a contraposição dos números finais dos dois blocos, análise que vai além da observação das regiões individualmente consideradas. Adianta-se que houve vantagem para o bloco Sudeste/Sul, quanto a diminuição do desemprego.

Mesmo que a Região Metropolitana (RM) de São Paulo, que integra a RM Sudeste, haja se inserido no médio padrão de desemprego, neste ponto acompanhada das RM de Recife e Salvador, o conjunto das demais RM daquele bloco em sua totalidade permaneceu entre as que se localizaram no desejável baixo padrão de desemprego.

Ademais, mesmo as RM de Brasília e Fortaleza, que realizaram o padrão mais alto de desemprego, ainda elas apresentaram resultados de redução do desemprego não alcançados por muitas economias consolidadas, em uma cena de crise da atividade econômica internacional, na década considerada.

O bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte só ganha em alguns aspectos e geralmente relativos. Isto é notado principalmente quando se cruzam informações da População Economicamente Ativa ou dos resultados do Produto interno Bruto, em que este bloco merece destaque.

A questão é a qualidade de emprego criado. Talvez a concentração de mão-de-obra e os postos formais de emprego observados no bloco Centro-Oeste/Nordeste/Norte sejam em geral compostos de vagas tradicionais e pouco especializadas, Paulo Aguiar do Monte, José Antônio Rodrigues da Silva, Michele Ferreira Gonçalves (2012:343-346), ao passo que a geração de emprego na região Sudeste/Sul, mais qualificada, idem (2012:340-343).

Admite-se, assim, convergência na medição do desemprego nos dois blocos. As taxas que o aferem despencaram na última década, mas nem de longe se pode afirmar que tal convergência significa piora nos resultados do bloco Sudeste/Sul. Antes, pode ser entendida como melhora, grande em alguns aspectos, do outro bloco. Aliás, em grandes metrópoles, tais como Brasília e Fortaleza, ainda permanece como questão o desemprego.

Portanto, embora aqui se tenha verificado relação entre o processo recente de transformações da atividade econômica e a real cena da interação social do trabalho no panorama recente de queda no desemprego no país, não se pôde afirmar que o padrão de desemprego das regiões Sudeste/Sul pesquisadas tenha em alguma medida sido modificado pela melhora do padrão de das regiões Centro-Oeste/Nordeste/Norte, uma vez que melhoras consistentes foram registradas também no primeiro bloco, o que em momento algum, na última década, afetou-lhe a geração de emprego ou, de outra sorte por qualquer causalidade conhecida lhe haja significado diretamente o aumento do número de desempregados em suas regiões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. G. **Como o Brasil superou a crise?** Dossiê da crise II, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: < <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/> >. Acesso em: 28 nov. 2013.

APARÍCIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. **Mercado de trabalho pós crise:** comparação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Fortaleza (2009 e 2010). In: CENÁRIOS DA CRISE E DO TRABALHO NO BRASIL. TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (Org.). ABET, João pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2012.

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Emprego e desenvolvimento tecnológico:** processos de integração regional organizado pelo DIEESE – São Paulo: DIEESE; 1999.

_____. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisepep/anualfor.html>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. **Emprego e desenvolvimento tecnológico:** artigos dos pesquisadores. São Paulo; DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

_____. **Emprego e desenvolvimento tecnológico:** processos de integração regional organizado pelo DIEESE – São Paulo: DIEESE; 1999, p. 279-280.

_____. **Trajetórias da Juventude nos Mercados de Trabalho Metropolitanos.** Mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo; 1 ed., DIEESE, 2008, p. 75.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2552>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT0958>> . Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT0958>> . Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2552>> . Acesso em: 22 dez. 2013.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_estat04_desemprego.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_nt02_efeitospopulacao.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_mercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_nt02_efeitospopulacao.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_nt02_efeitospopulacao.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Disponível em:
<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/plano-de-aceleracao-do-crescimento-pac/r220107_pac.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CATTANI, A. D.; Holzmann, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FERNANDES, M. F. D.; ARAÚJO, S.; TARGINO, I. **Especialização do emprego industrial no Nordeste: 2000-2009**. In: CENÁRIOS DA CRISE E DO TRABALHO NO BRASIL. TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (Org.). ABET, João pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2012.

FONSECA, P. C. D. **As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino**. [Artigo] Disponível em < <http://www.ufrgs.br/decon/> > acesso em: 9 mai. 2013.

HOF'FMANN. M. P.; Brandão, S. M. C. **Medição de emprego**: cadernos do CESIT, Campinas, n. 22, Nov. 1996.

KEYNES, J. M. **The general Theory of Employment, interest and money**. MacMilan & Co. Ltd.: Londres, 1957, p. 21

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Texto para Discussão. **Trabalho no Governo Lula**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 201, fev. 2012, p. 14.

MIRAGAYA, J. **Dinâmica, migrações e integração do território no Centro-Oeste**. 2003. Dissertação. (Mestrado em Geografia e Gestão Urbana Regional). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília.

MIRAGAYA, J.; SADI, D. R. (org). **O fosso econômico e social entre o rico quadrilátero e seu entorno empobrecido**. TRABALHO NA CAPITAL. SADI, Dal Rosso (org.). MTE, São Paulo, 2011.

MONTE, P. A.; SILVA, J. A. R.; GONÇALVES, M. F. **A dinâmica do emprego na região nordeste no período 2000 a 2009**. In CENÁRIOS DA CRISE E DO TRABALHO NO BRASIL. TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (Org.). ABET, João pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2012.

MORETO, A. J.; PRONI, M.W. **O Desemprego no Brasil**: análise da trajetória recente. In CENÁRIOS DA CRISE E DO TRABALHO NO BRASIL. TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (Org.). ABET, João pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO - OIT. Conferência Internacional dos Estatísticos. Resolução n. 13. Brasília, OIT, 1982.

_____. **Conferência Internacional dos Estatísticos**. Resolução n. 13. Brasília, OIT, 1982.

SANTOS, A. H. S. **Redução da desigualdade de renda no Brasil**: Determinantes e consequências. Dissertação de Mestrado do Departamento de Pós-Graduação de Economia da Faculdade de Economia da UNB, Brasília.

SOARES, S; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família**. IPEA. In Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). IPEA, vol. I, 2010.

TARGINO, I.; OLIVEIRA, R. V. (Org.). **O desemprego no Brasil**: análise da trajetória recente. ABET, João pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publione/textosprofessores/fonseca/vol10n4p867_885.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2014.